

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.521 - SC (2019/0047580-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS** : **PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599**  
: **RENATO MARCONDES BRINCAS - SC008540**  
**AGRAVADO** : **ANA AGOSTINI PURIM**  
**AGRAVADO** : **TRUA JUAREZ DE ANDRADE**  
**AGRAVADO** : **ILSE HELGA MATTE MATOS**  
**AGRAVADO** : **SANTO DENOFRIO**  
**AGRAVADO** : **ANESTOR RODRIGUES DE LIMA**  
**AGRAVADO** : **NIVEA DE CASTRO SOARES**  
**AGRAVADO** : **IRIA BUSARELLO**  
**AGRAVADO** : **HARRY BLANCK**  
**AGRAVADO** : **LOURDES MIELKE POMMERENING**  
**AGRAVADO** : **ELTRIDA KLABUNDE RADTKE**  
**ADVOGADO** : **MARCIA SANTOS MAES - SC023669**  
**INTERES.** : **CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A**  
**ADVOGADO** : **LYCURGO LEITE NETO - DF001530A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA (CELOS). CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE 2012 E 2014. PARTICIPANTE ASSISTIDO. RESULTADO DEFICITÁRIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NO REGULAMENTO VIGENTE À DATA DA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. INAPLICABILIDADE DO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR N. 109/2001. APOSENTADORIA EM DATA ANTERIOR À PROMULGAÇÃO DA NORMA. ILEGALIDADE DO DESCONTO. PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO E PERIGO DE DANO. REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PREENCHIDOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.*

*A concessão da tutela de urgência, cautelar ou satisfativa, na égide do atual Código de Processo Civil, apresenta como pressuposto a existência de prova apta a indicar probabilidade do direito da parte autora, acrescida da possibilidade de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, ou seja, os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora" (fl. 459, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 479, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 17, 189 e 21 da Lei Complementar nº 109/2001 e 3º, 21, 42 e 43 da Lei nº 6.435/1977. Sustenta ser "(...) entendimento pacífico no STJ no sentido de que a aposentadoria do participante embora garanta o benefício previsto no regulamento então vigente, entretanto não estabelece direito adquirido ao regime de contribuições, que poderão ser reajustadas para

*equacionamento de resultado deficitário, seja sob a égide da Lei nº 6.435/1977 ou das Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001" (fl. 508, e-STJ).*

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 593-597 (e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

O tribunal estadual, ao analisar a controvérsia, concluiu:

*"(...)*

*De início, importante destacar que não se aplicam à hipótese os ditames da Lei n. 109/2001, porquanto, à época da aposentadoria dos autores, a legislação aplicável às entidades de previdência privada era a Lei n. 6.435/1977.*

*Lembra-se, inclusive, que a própria Lei Complementar n. 109/2001, é taxativa ao dispor no parágrafo único do art. 17 que 'ao participante que tenha cumprido os requisitos para obtenção dos benefícios previstos no plano é assegurada a aplicação das disposições regulamentares vigentes na data em que se tornou elegível a um benefício de aposentadoria'.*

*Adverte-se, também, que não se desconhecem as decisões proferidas nos Recursos Especiais ns. 1.665.792/SC e 1.384.432/SE, nos quais decidiu-se, entre outros temas, que o direito adquirido ao benefício não se confunde com direito adquirido ao regime de contribuição; todavia, nesses dois precedentes se aborda a migração de benefício após a edição da Lei Complementar n.109/2001, o que não se confunde com o presente caso, **em que a aposentadoria ocorreu em data anterior a da vigência da própria Lei Complementar n. 109/2001, não se podendo aplicar as suas disposições para reger relação anterior.***

*Por outro lado, cumpre anotar que o regulamento do plano vigente quando das aposentadorias dos requeridos é o Regulamento do Plano Transitório de Benefícios, sendo que este deve reger os benefícios a que eles têm direito e as contribuições a que devem arcar. Isso porque, é entendimento consolidado que as disposições regulamentares vigentes ao tempo do implemento das condições para o benefício regerão a relação posterior entre o participante e a entidade de previdência privada" (fls. 464-465, e-STJ - grifou-se).*

Observa-se que a recorrente não impugnou tal fundamentação, o que atrai, por analogia o óbice da Súmula nº 284/STF.

Cumpre ressaltar, ademais, a inviabilidade de conhecimento do recurso especial pela divergência, quando não há similitude fática entre os arestos confrontados, como no caso em apreço.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

